

DUQUE BACELAR/MA
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR – MA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Rua Zuza Machado 112 – Beira Rio Duque Bacelar-MA
C.N.P.J: 11.310.542/0001-87

TERMO DE CONTRATO N° 0310/2022

PROCESSO N° 155/2022

TERMO DE CONTRATO QUE FAZEM ENTRE SI A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE DUQUE BACELAR-MA E A EMPRESA WS COMBUSTIVEL LTDA – ME

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR/MA, Estado do Maranhão, por intermédio da SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE / FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, com sede na Rua Zuza Machado n° 112 Bairro Beira Rio na cidade de DUQUE BACELAR /MA, CEP: 65625-000 Estado Maranhão, inscrito (a) no CNPJ sob o n° 11.310.542/0001-87, neste ato representado pela Srª Ana Leonor Batista Burlamaqui, Secretária Municipal de Saúde CPF: 643.749.203-15 residente na cidade de Duque Bacelar, doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa WS COMBUSTIVEL LTDA - ME inscrito(a) no CNPJ/MF sob o n° 15.458.188/0001-93, sediado(a) na Rua Chica Rita, n° 360, Bairro Alto Bonito, em Duque Bacelar/MA, doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo(a) Sr. Silvanildo da Conceição Castro, portador da Carteira de Identidade n° 0276078020044, expedida pela (o) GEJSPC-MA, e CPF n° 022.080.923-25, tendo em vista o que consta no Processo Administrativo n° 133.2021 e em observância às disposições da Lei n° 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei n° 10.520, de 17 de julho de 2002 e na Lei n° 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão Eletrônico n° 018/2022, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa distribuidora, ou comércio varejista de combustíveis, para fornecimento de combustível, para atender as necessidades da frota de veículos da secretaria Municipal de Saúde de Duque Bacelar, no período de 03 (três) meses, conforme condições e exigências no detalhamento do objeto.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

2.1. O fornecimento de combustível, aos veículos do município, ocorrerá em rede de postos de abastecimento disponibilizados pela CONTRATADA, sendo: pelo menos 1 (um) posto, situado a um raio máximo de 10 Km (dez quilômetros) de distância da sede do município de Duque Bacelar/Ma.

2.1.1. O abastecimento de combustíveis deverá ser feito por meio da utilização de Autorização de Fornecimento de Abastecimento fornecido pela CONTRATADA.

2.1.2. A autorização de fornecimento deverá ser assinada pelo Representante da Secretaria solicitante ou por colaborador devidamente designado pela Administração.



2.1.3. Os preços registrados, para contratação, seguem conforme descrito na proposta da licitante vencedora, constantes no Edital do Pregão Eletrônico PE SRP nº 018/2022.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - QUANTITATIVO DE FORNECIMENTO

3.1. Previsão de valor até 31 de dezembro de 2022.

DESCRIÇÃO DO PRODUTO	UNIDADE	MÉDIA/MENSAL	QUANT/3 meses	(%) DESCONTO OFERTADO	VR UNITARIO	V. TOTAL/ANO
GASOLINA	litro	5.600	16800	%	R\$ 6,18	R\$ 103.824,00
DIESEL S10	litro	2.750	8250	%	R\$ 7,55	R\$ 62.287,50

R\$ 166.111,50

3.1.1. O percentual de desconto de combustível incidirá sobre os **preços indicados nas bombas no ato do abastecimento**. Havendo divergência, na data do seu fornecimento, entre o valor indicado na bomba e a média de seu respectivo valor por litro praticado no mercado varejista de Teresina/PI, considerando a publicação da Agência Nacional de Petróleo – ANP o percentual de desconto incidirá sobre o menor valor.

3.1.2. A empresa vencedora deverá garantir que os preços dos combustíveis cobrados na rede credenciada, para pagamento, terão como limite o preço médio mensal praticado no mês do abastecimento, da Teresina-PI, definidos no site da ANP - Agência Nacional de Petróleo, na Internet, sobre o qual será aplicado o **desconto oferecido**. Link para acesso - http://www.anp.gov.br/preco/prc/Resumo_Por_Estado_Municipio.asp

3.1.3. O percentual de desconto oferecido na proposta da empresa vencedora deverá incidir sobre os preços dos combustíveis durante a vigência do contrato.

4. CLÁUSULA QUARTA - DAS RESPONSABILIDADES

4.1. - Da Contratante

4.1.1. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato, através de servidor designado para este fim, nos termos do art. 67 da Lei nº 8.666/93;

4.1.2. Atentar para que durante a vigência do presente contrato seja mantida a situação de regularidade relativa à seguridade social (INSS), ao Fundo de Garantia por

Tempo de Serviço (FGTS), Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas e a Fazenda Federal da CONTRATADA, bem assim a sua compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONTRATADA;

4.1.3. Efetuar o pagamento nas condições e preços ajustados, após o devido atesto da nota fiscal/fatura;

4.1.4. Transmitir ao preposto da Contratada toda e qualquer demanda;

[Assinatura]

[Assinatura]

- 4.1.5. Aplicar à Contratada as penalidades regulamentares e contratuais;
- 4.1.6. Comunicar à Contratada quaisquer ocorrências relacionadas com a execução do(s) serviço(s).
- 4.2. **- Da Contratada**
- 4.2.1. Assumir todos e quaisquer ônus, referente a salário, horas extras, adicionais e demais encargos sociais relativamente aos seus empregados; assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação desta Licitação;
- 4.2.2. Manter, durante toda a execução do serviço, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 4.2.3. Zelar pela perfeita execução dos serviços;
- 4.2.4. Prover, realizar, manter e priorizar todas as ações necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contidas neste Termo;
- 4.2.5. Arcar com eventuais prejuízos causados ao município ou a terceiros, provocados por negligência ou irregularidade cometida por seus empregados ou prepostos envolvidos na execução do objeto;
- 4.2.6. Responsabilizar-se por todas as despesas diretas ou indiretas, tais como: salários, transportes, encargos sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários e de ordem de classe, indenizações e quaisquer outras que forem devidas aos seus empregados no desempenho dos serviços objeto do contrato, ficando a CONTRATANTE isenta de qualquer vínculo empregatício com os mesmos;
- 4.2.7. Entregar os produtos descrito na cláusula primeira nos prazos e condições especificados;
- 4.2.8. Manter seus empregados e/ou prepostos, quando em serviço, devidamente identificados, mediante o uso permanente de crachás;
- 4.2.9. Providenciar a imediata correção das deficiências, falhas ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE;

5. **CLÁUSULA QUINTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

- 5.1. As despesas decorrentes do presente contrato correm por conta do orçamento próprio do município.

020221 Secretaria Municipal de Saúde
10 122 0024 2146 0000 Manut. e Func. da sec. Municipal de Saúde;



- 02 02 04 – Fundo Municipal de Saúde;
10.301.0024.2080.0000 – Manutenção e Funcionamento da Atenção Básica – PAB.
10.302.0024.2144.0000 - Manut. e Funcionamento da Atenção Especializada.
10 305 0024 2085 0000 – Manutenção da Vigilância em Saúde;
10 301 0024 2135 0000 - Manutenção e Func. do Fundo Munic de Saude - FMS
10 302 0024 2081 0000 – Manutenção da Atenção de Média Complex. Amb e Hospi;

Elemento de despesa:

3.3.90.30.00 – Material de Consumo;

6. CLÁUSULA SEXTA - DO VALOR

6.1. Pelo fornecimento dos itens descritos na planilha deste Contrato, o **CONTRATANTE** pagará à **CONTRATADA** a importância de R\$ 166.111,50 (cento e sessenta e seis mil, cento e onze reais e cinquenta centavos, sendo apurado no primeiro dia útil do mês subsequente o valor total entregue no mês.

6.2. O pagamento será efetuado, até o 10º (décimo) dia útil a contar da data do atesto do documento de cobrança, que será de responsabilidade do Fiscal do contrato. A contratada deverá comprovar para fins de pagamento a regularidade perante a Seguridade social (Certidão Negativa de Débitos), o Fundo de Garantia do tempo de Serviço – FGTS (Certificado de Regularidade de Situação do FGTS – CRF), quanto à Receita Federal e Dívida Ativa da União (Certidão Conjunta de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União).

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DO ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO

7.1. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada pelo empregado(a) Lucas Rodrigues Sousa, especialmente designado para este fim pela CONTRATANTE, doravante denominado simplesmente de FISCAL, e em conformidade com o estabelecido no art. 67 da Lei nº 8.666/93.

8. CLÁUSULA OITAVA - DA VIGÊNCIA

8.1. Prazo de execução do contrato será até 31 de dezembro de 2022, a contar da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado de acordo com o interesse das partes, em conformidade com o art. 57, inc. II, da Lei 8.666/93.

9. CLÁUSULA NONA - DAS PENALIDADES

9.1. Pela inexecução total ou parcial dos serviços, a CONTRATANTE poderá garantir a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as seguintes sanções:

9.1.1. Advertência, a partir do primeiro dia de atraso, caso não tenha justificativa pelo CONTRATADO;

Secast

AS

9.1.2. Multa de mora de um décimo por cento calculada sobre o valor deste CONTRATO, por dia de atraso injustificado no cumprimento do prazo de entrega do objeto;

9.1.3. Multa de um décimo por cento sobre o valor deste CONTRATO, por dia de atraso injustificado no cumprimento do prazo de reapresentação do material rejeitado, após esgotado o prazo fixado para substituição, correção ou reparação; e;

9.1.4. Multa de dez por cento sobre o valor deste CONTRATO, em caso de rescisão causada por ação ou omissão injustificada da CONTRATADA.

9.1.5. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a licitante vencedora ressarcir a LICITANTE dos prejuízos resultantes.

9.2. Se o atraso ocorrer por comprovado impedimento ou por motivo de reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela CONTRATANTE, a contratada ficará isenta das penalidades mencionadas acima.

9.3. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no Sistema Unificado de Cadastramento de Fornecedores – SICAF, e no caso de suspensão do direito de licitar, a licitante vencedora será descredenciada perante aquele Sistema por igual período, sem prejuízo das multas previstas neste Edital e das demais cominações legais.

9.4. As sanções previstas nas alíneas “7.1.1”, “7.1.3” e “7.1.4” do subitem 7.1 poderão ser aplicadas juntamente com a da alínea “7.1.2”, facultada a defesa prévia da licitante vencedora, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, conforme § 2º do art. 87, da Lei 8.666/93, sem prejuízo das demais cominações legais.

9.5. Qualquer penalidade aplicada será precedida da observância do contraditório e da ampla defesa.

9.6. As multas poderão ser aplicadas concomitantemente com as demais sanções, facultada a defesa prévia do interessado no prazo de cinco dias úteis, contados a partir da data em que tomar ciência.

9.7. Para efeito de aplicação de multa, o valor do CONTRATO será apurado deduzindo-se dele o valor das entregas aceitas.

9.8. A aplicação das sanções previstas neste CONTRATO não exclui a possibilidade da responsabilidade civil da CONTRATADA por eventuais perdas e danos causados à Administração Pública.







ESTADO DO MARANHÃO
 PREFEITURA MUNICIPAL DE DOURAS BARRAS - MA
 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
 SECRETARIA DE SAÚDE

CONSTITUIÇÃO DO COMITÊ DE FISCAMENTO DE MEDICAMENTOS E EQUIPAMENTOS DE USO MÉDICO

O COMITÊ DE FISCAMENTO DE MEDICAMENTOS E EQUIPAMENTOS DE USO MÉDICO (COMFEM) é instituído para acompanhar a aquisição, distribuição e utilização dos medicamentos e equipamentos de uso médico, visando à racionalização dos recursos e à melhoria da qualidade do atendimento à população.

O COMFEM será composto por representantes do Poder Executivo Municipal, da comunidade em geral, de profissionais da área de saúde e de outros setores relevantes, sendo que a sua composição será definida em ato do Poder Executivo Municipal.

O COMFEM terá como atribuições: acompanhar a aquisição, distribuição e utilização dos medicamentos e equipamentos de uso médico; emitir pareceres e recomendações sobre a aquisição, distribuição e utilização dos medicamentos e equipamentos de uso médico; e promover ações educativas e de conscientização da população sobre o uso racional dos medicamentos e equipamentos de uso médico.

O COMFEM será instalado no prazo de 30 (trinta) dias contados a partir da publicação desta Portaria, e terá seu primeiro encontro realizado no dia 15 de maio de 2024, às 14h30min, no Auditório da Prefeitura Municipal de Douras Barras - MA.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, e os seus efeitos retroagem à data de publicação desta Portaria.

Assinada e rubricada em Douras Barras - MA, em 15 de maio de 2024.

 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO

10.1. Este CONTRATO poderá ser rescindido se ocorrer um dos casos previstos no art .78 da Lei nº 8666/93 que, de alguma forma, comprometa ou torne duvidoso o cumprimento das obrigações assumidas.

10.2. No caso de rescisão administrativa, a CONTRATANTE poderá executar a garantia de execução para ressarcimento dos valores de multa e indenização a ela devidos e reter os créditos decorrentes deste CONTRATO até o limite dos prejuízos causados à CONTRATANTE, sem prejuízo das sanções da lei.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO ACRÉSCIMO, SUPRESSÃO E REAJUSTE

11.1. A CONTRATADA fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, o acréscimo ou supressão que se fizer no objeto deste CONTRATO até vinte e cinco por cento do seu valor inicial. (Lei nº 8.666/93, art.65, § 1º).

11.2. O valor contratual poderá ser reajustado mensalmente, sendo aplicado o percentual de desconto do último lance, com referência a tabela de preços da ANP, preços médios praticados no município de Teresina-Pi, link https://preco.anp.gov.br/include/Resumo_Mensal_Municipio.asp, incidir sobre os preços dos combustíveis durante a vigência do contrato.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA- DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

12.1. O presente CONTRATO não poderá ser objeto de cessão ou transferência, no todo ou em parte.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA ALTERAÇÃO

9.1 Este Contrato poderá, mediante assentimento das partes, ser alterado através de Termos Aditivos, objetivando promover os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários ou em decorrência de fatores supervenientes que possam torná-lo inexecutável.

CLÁUSULA DECIMA QUARTA- DOS CASOS OMISSOS

10.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e 10.024/2019 e demais normas federais de licitações e contratos administrativos e, subsidiariamente, segundo as

Secretaria

[Assinatura]



INSTITUTO NACIONAL DE SAÚDE
 NATIONAL INSTITUTE OF HEALTH
 DEPARTAMENTO DE SAÚDE PÚBLICA
 DEPARTMENT OF PUBLIC HEALTH
 AVENIDA DAS CLAYTONS, 150
 BRASÍLIA, D.F. 70718-900

CLASSIFICAÇÃO DE DOENÇAS - DA REVISÃO 10

Este manual contém a lista de doenças classificadas de acordo com o Sistema Internacional de Classificação de Doenças (ICD-10), adotado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1989. A lista é organizada em capítulos e seções, facilitando a consulta e a identificação das doenças.

CLASSIFICAÇÃO DE DOENÇAS - DO ADOLESCENTE E DA CRIANÇA

Este manual contém a lista de doenças classificadas de acordo com o Sistema Internacional de Classificação de Doenças (ICD-10), adotado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1989. A lista é organizada em capítulos e seções, facilitando a consulta e a identificação das doenças.

CLASSIFICAÇÃO DE DOENÇAS - DA LESÃO DE TRANSMISSÃO

Este manual contém a lista de doenças classificadas de acordo com o Sistema Internacional de Classificação de Doenças (ICD-10), adotado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1989. A lista é organizada em capítulos e seções, facilitando a consulta e a identificação das doenças.

CLASSIFICAÇÃO DE DOENÇAS - DA INFÂNCIA

Este manual contém a lista de doenças classificadas de acordo com o Sistema Internacional de Classificação de Doenças (ICD-10), adotado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1989. A lista é organizada em capítulos e seções, facilitando a consulta e a identificação das doenças.

CLASSIFICAÇÃO DE DOENÇAS - DO ADOLESCENTE E DA CRIANÇA

Este manual contém a lista de doenças classificadas de acordo com o Sistema Internacional de Classificação de Doenças (ICD-10), adotado pela Organização Mundial da Saúde (OMS) em 1989. A lista é organizada em capítulos e seções, facilitando a consulta e a identificação das doenças.

DUQUE BACELAR/MA
ESTADO DO MARANHÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE DUQUE BACELAR – MA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
Rua Zuza Machado 112 – Beira Rio Duque Bacelar-MA
C.N.P.J: 11.310.542/0001-87

disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 - Código de Defesa do Consumidor - e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA- PUBLICAÇÃO

11.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

CLÁUSULA DECIMA SEXTA – DO FORO

12.1. É eleito o Foro da Justiça Estadual da Comarca de Coelho Neto/MA, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

Duque Bacelar/Ma, 03 de outubro de 2022.

Ana Leonor Batista Burlamaqui

Ana Leonor Batista Burlamaqui
CPF nº 643.749.203-15
Secretária Municipal de Saúde
CONTRATANTE

Silvanildo da Conceição Castro

SILVANILDO DA CONCEIÇÃO CASTRO
CPF nº 022.080.923-25
RG nº 0276078020044 GEJSPC-MA
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

1-

2-



ESTADO DE...
SECRETARIA DE...
DEPARTAMENTO DE...

...
...
...

CLASSE DE...

...
...
...

DEPARTAMENTO DE...

...
...
...

...
...
...

...

...
...
...

...
...
...

...

